

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

CAROLINA DOS SANTOS FIGUEROA SANMARTIN PERIÉ

**FAZ DE CONTA...VAMOS BRINCAR? UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E
OS DOCUMENTOS OFICIAIS ORIENTADORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Deise Arenhart

Rio de Janeiro - RJ

2019

CAROLINA DOS SANTOS FIGUEROA SANMARTIN PERIÉ

FAZ DE CONTA...VAMOS BRINCAR? UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E OS DOCUMENTOS OFICIAIS ORIENTADORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Deise Arenhart

Rio de Janeiro – RJ

2019

CAROLINA DOS SANTOS FIGUEROA SANMARTIN PERIÉ

FAZ DE CONTA...VAMOS BRINCAR? UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E OS DOCUMENTOS OFICIAIS ORIENTADORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Final de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Deise Arenhart (Orientadora) – FE / UFRJ

Prof.^a Dr.^a Daniela Guimarães

Prof.^a Ms. Priscila de Mello Basílio

**Rio de Janeiro - RJ
2019**

DEDICATÓRIA

À minha família que me dá força
para superar cada obstáculo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a minha família pelo apoio, força e incentivo que me fizeram chegar até aqui e não desistir, mesmo que por vezes tenham existido momentos difíceis.

Aos professores e educadores que convivi na faculdade e nos estágios que de alguma maneira contribuíram para a minha formação, reflexão e aprendizagem.

Aos colegas de curso, por dividir experiências, pela companhia e por fazerem parte do meu dia a dia.

À minha Orientadora pela paciência, conversas e discussões sobre o tema e acompanhamento nesta jornada fazendo com que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica tendo por objetivo compreender o conceito da brincadeira, destacando o faz de conta e suas contribuições para o desenvolvimento infantil. Busquei identificar, a partir dos principais documentos orientadores das propostas curriculares da Educação Infantil (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Curricular Comum), como estes trazem a brincadeira e com isso realizei uma análise verificando se os referidos documentos explicitam ou não relação com a fundamentação teórica previamente exposta. Os principais autores utilizados como aporte teórico foram: Vigotsky, Brougère, Corsaro, Borba, Porto e Prestes. Os documentos trazem a brincadeira como eixo e como direito, e como parte integrante dos objetivos de aprendizagem na BNCC, estabelecendo relação entre o exposto pelos autores e o que os documentos apresentam.

Palavras chaves: Brincadeira, Faz de conta, DCNEIs, BNCC.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11
1.1 A brincadeira: componentes e fundamentos	11
1.2 O faz de conta: espaço de criação, descobertas, aprendizagens e desenvolvimento	14
CAPÍTULO 2 – A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	21
2.1 Educação Infantil: os pilares legais que ampliaram sua consolidação..	21
2.2 Reflexões a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	23
2.3 Considerações a respeito da Base Nacional Comum Curricular	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil vem ganhando mais enfoque e sendo ampliada cada vez mais no campo educacional. Com a criação da emenda constitucional nº 59 de 2009 que trouxe a obrigatoriedade escolar a partir dos quatro anos de idade, legitimou-se o direito a essas crianças de ocuparem este espaço, e apesar de não estar contemplando todas as faixas etárias, como é o caso das crianças de zero a três anos que também fazem parte da Educação Infantil, somou para este segmento destaque e olhares. Segundo Nunes (2009) no decorrer dos últimos anos, a Educação Infantil através de discussões, políticas educacionais e alterações legislativas vem ganhando novas propostas, força e destaque, sendo vista como um espaço de direito das crianças ao convívio e educação coletiva. Portanto, com isso se faz necessário cada vez mais estudos e olhares mais sensíveis na busca por ambientes com qualidade que contribuam para o desenvolvimento da criança, proporcionando a ela experiências significativas no espaço da creche e da pré-escola e não somente uma ampliação no atendimento.

Tanto creches quanto pré-escolas, como instituições educativas, têm uma responsabilidade para com as crianças pequenas, seu desenvolvimento e sua aprendizagem, o que reclama um trabalho intencional e de qualidade. (OSTETTO, 2000, p. 175)

Diversas experiências, atividades, aprendizagens, práticas e linguagens irão perpassar o cotidiano da Educação Infantil e contribuirão para o desenvolvimento da criança, sendo a brincadeira uma importante aliada nesse processo. A brincadeira na Educação Infantil é de extrema importância para a criança que começa a ingressar no espaço educacional e terá contato com outras crianças, adultos e diferentes materiais, ampliando a percepção do mundo que a cerca.

Como salientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) através da Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, em seu nono artigo: “As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a

brincadeira”. Sendo, portanto, de extrema importância à presença e a valorização desta nos espaços educacionais de atendimento a criança.

Possuo grande interesse em diversos assuntos que abordem a Educação Infantil, todavia, a brincadeira é um dos temas que me desperta mais curiosidade por mobilizar e permitir diversas possibilidades à criança. “O brincar abre para a criança múltiplas janelas de interpretação, compreensão e ação sobre a realidade.” (BORBA, 2006, p.46). Como destaca a autora, através do ato da brincadeira a criança amplia sua visão de mundo permitindo novas experiências. A brincadeira na Educação Infantil está presente em diversos momentos da rotina podendo ocorrer na forma de atividade lúdica (orientada pelo professor) ou livre (protagonizada pelas próprias crianças).

Vigotsky (2008), em seus trabalhos, aborda um pouco a respeito da brincadeira trazendo esta como atividade principal das crianças, sendo fundamental no desenvolvimento infantil. Ela irá ocorrer de variadas maneiras e uma delas é a brincadeira de faz de conta, que irá aparecer em diversos momentos no cotidiano escolar das crianças na Educação Infantil e será a temática central deste trabalho.

Parece-me que do ponto de vista do desenvolvimento, a brincadeira não é uma forma predominante de atividade, mas, em certo sentido, é a linha principal do desenvolvimento na idade pré-escolar. (VIGOTSKY, 2008, p.24)

A brincadeira de faz de conta traz consigo diversas questões como o imaginário, papéis sociais, cultura e me desperta um interesse maior com relação as demais formas do brincar. Através desta há uma expressão mais significativa de como a criança percebe o mundo, de como ela internaliza tudo que a cerca e é através do faz de conta que ela irá externalizar isto.

Na brincadeira, a criança cria uma situação imaginária. Parece-me que é esse o critério que deve ser adotado para distinguir a atividade de brincar dentro do grupo geral de outras formas de atividade da criança. (VIGOTSKY, 2008, p.26).

Portanto, a capacidade imaginativa, ou seja, de criar situações, estará presente na brincadeira e no caso do faz de conta será um fator determinante para que ela ocorra. Além de Vigotsky, Zóia Prestes (2016) vêm sugerindo a

importância e contribuições da brincadeira de faz de conta no desenvolvimento infantil no que diz respeito a questões sociais, psíquicas e culturais.

O presente trabalho tem como objetivos: 1) Compreender o conceito da brincadeira, destacando o faz de conta e suas contribuições para o desenvolvimento infantil; 2) Identificar, nos principais documentos orientadores das propostas curriculares da Educação Infantil, como estes trazem a brincadeira de faz de conta e 3) Analisar se estes documentos explicitam ou não relação com a fundamentação teórica já apresentada.

Esse trabalho possui uma abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica em livros, artigos e documentos oficiais orientadores e normativos das propostas curriculares da Educação Infantil, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs/2009, e a Base Nacional Curricular Comum – BNCC/2017.

Na busca em alcançar os objetivos pretendidos, este trabalho está organizado de forma que, primeiramente, realizo uma revisão bibliográfica trazendo autores que discutem a importância da brincadeira de faz de conta no desenvolvimento da criança e, portanto, sendo importante sua presença no trabalho pedagógico na Educação Infantil.

Num segundo momento, realizo uma análise documental da legislação que regulamenta a política da Educação Infantil elaborada para nortear as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas neste segmento, identificando de que maneira a brincadeira, em especial o faz de conta, vem sendo percebida nestes documentos, analisando se há ou não relação com a fundamentação teórica previamente exposta.

CAPÍTULO 1 - A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A brincadeira permeia o cotidiano da Educação Infantil e está presente de diversas maneiras: seja de forma livre, através de atividade lúdica, individualizada ou em pequenos grupos, associada às artes, com componentes corporais e imaginários. Por isso vem sendo foco de investigações, buscando-se cada vez mais compreendê-la, esmiuçando seus componentes, como é estruturada e de que maneira esta contribui para o desenvolvimento da criança.

Neste capítulo serão explorados alguns aspectos que compõe a brincadeira, destacando o faz de conta e suas contribuições para o desenvolvimento infantil. Alguns autores como Vigostky (2008), Borba (2007) e Prestes (2016) abordam a brincadeira trazendo questões importantes envolvidas nesta. Este trabalho traz um pouco a respeito dessas questões, discussões e reflexões buscando compreender a brincadeira, dando uma ênfase maior ao faz de conta.

1.1 A brincadeira: componentes e fundamentos

Segundo Borba (2007) ao experimentar o brincar a criança perpassará diferentes momentos que poderão ser, por vezes, repetidos ou marcados por novas experiências. Ou seja, sempre haverá uma nova vivência, ou uma forma diferente a ser experimentada mesmo que a brincadeira, à primeira vista, pareça ser a mesma. Novas descobertas, associações, inclusão de componentes, diferentes funções sociais e novos papéis irão se modificar, mesmo que a criança sempre brinque de uma mesma temática, como por exemplo, “comidinha”.

A brincadeira está repleta de novas descobertas e ressignificações, sendo importante destacar a imaginação como um componente importante da brincadeira, que terá um papel importante na sua estruturação, sendo a base do faz de conta (VIGOTSKY, 2008). A brincadeira também é constituída de regras que irão de certa forma conduzir o andamento e a dinâmica para que ela ocorra. E por fim, outra questão importante sobre a brincadeira é que esta é

algo a ser aprendido pela criança, como destaca Porto (2008) a partir de Brougère (2002), e Borba (2006; 2007) a partir da obra de Vigotsky. Ou seja, brincar precisa ser aprendido. “A brincadeira não é inata, pelo menos não nas formas que ela adquire junto ao homem.” (BROUGÈRE, 2010, p.104).

É por meio da imaginação que a criança será capaz de criar situações, personagens, papéis, elaborar falas e histórias. A imaginação é parte importante da brincadeira trazida e discutida por Vigotsky (2008) em que este traz contribuições a respeito da imaginação, sendo esta algo que não faz parte da realidade no início da vida do ser humano. Por isso, a capacidade imaginativa só será mais significativamente observada em crianças mais tardiamente, sendo algo de forma consciente, como traz o autor.

A imaginação é o novo que está ausente na consciência da criança na primeira infância, [...] e representa uma forma especificamente humana de atividade da consciência; e, como todas as funções da consciência, forma-se originalmente na ação. (VIGOTSKY, 2008, p.25)

Posteriormente, a imaginação, também trazida por outros autores como Borba (2007), terá um papel importante na composição da brincadeira e faz com que a criança consiga ir além das situações, sendo de grande importância no desenvolvimento humano e que será primeiramente experimentado pela criança, como ressalta esta autora.

Combinada com uma ação performativa construída por gestos, movimentos, vozes, formas de dizer, roupas, cenários etc., a imaginação estabelece o plano do brincar, do fazer de conta, da criação de uma realidade “fingida” (BORBA, 2007, p.36).

Ou seja, a imaginação se complementa de outros artifícios para se estabelecer. Para se utilizar da imaginação, por vezes a criança precisará de algum instrumento como, por exemplo: para ser determinado personagem, pode-se fazer necessário uma determinada roupa ou uma voz diferenciada ou ao ser o cão, a criança reproduz o latido, mas também reproduz o ato de comer, por vezes o alimento é representado por outro objeto que não necessariamente são alimentos, ou a criança pode realizar o ato de beber algo que está em um copo vazio. A brincadeira, portanto não é só imaginação, mas boa parte dela se apoia nesta, fazendo uso de tal instrumento para se estruturar.

Já com relação às regras presentes na brincadeira, Vigotsky (2008) destaca: “Parece-me até possível admitir a hipótese de que não existe brincadeira em que não haja comportamento da criança submetido a regras, uma relação singular da criança com as regras” (VIGOTSKY, ídem, p.27). Ou seja, até mesmo na brincadeira, para o seu funcionamento, haverá regras e a criança, por vezes, irá se encontrar diante delas para que determinada brincadeira aconteça. Regras estas criadas por ela ou pelos demais integrantes e que precisarão ser estabelecidas entre os participantes e respeitadas por todos.

Vigotsky (2008) em seus estudos reflete um pouco sobre as regras que podem aparecer na brincadeira de faz de conta, todavia nem sempre estas serão pré-estabelecidas. Segundo o autor, a criança, no faz de conta, irá se submeter as regras de comportamento social. E, portanto, a criança, ao brincar, estará sujeita a estas regras, tendo que obedecer às mesmas, pois caso contrário a brincadeira não ocorre.

O autor traz contribuições importantes, embasado também em outros estudos e estabelece relação entre a situação imaginária e a presença de regras, essas serão de comportamento, como ele destaca. Ou seja, quando a criança vivencia determinado papel na brincadeira, esta representação não estará totalmente alheia à realidade, deverá respeitar alguns princípios, estar sujeito a alguns “moldes”, conhecidos e entendidos pela criança.

Por exemplo, ao assumir o papel de determinada figura, como avó, bebê ou pai sua atuação estará impregnada, entre outras coisas, das regras de comportamento que regem cada um desses. Sendo o bebê, para se comunicar com os demais utilizará o choro ou uma fala mais restrita; se for o pai, por exemplo, se espelhará nas referências deste para representá-lo, ou seja, há regras para exprimir determinado comportamento.

Prestes (2016) também reforça esta perspectiva dialogando com Vigotsky (2008) em seu trabalho e estabelecendo relações a respeito das regras que, dependendo de uma determinada história criada, haverá regras necessárias para que um papel ou situação ocorra, para que se estabeleça a brincadeira.

A brincadeira de faz de conta é o cenário em que a criança pode agir de acordo com um determinado papel, mas ao interpretá-lo precisa seguir o que as regras ditam, se não a brincadeira acaba. E ela sabe disso. (PRESTES, 2016, p. 34)

Borba (2007) também aborda sobre a aprendizagem da brincadeira, de como esta ocorre, sua importância e contribuições para a criança. A autora traz um pouco do faz de conta e da situação imaginária presente nesta brincadeira e a relação que a criança irá realizar entre o real e o imaginário que também é algo a ser aprendido pela criança. A autora destaca a aprendizagem como algo necessário para o brincar e que através do momento da brincadeira a criança se desenvolve. A brincadeira, portanto, permite a aprendizagem da criança auxiliando-a a lidar com regras, com o outro, possibilitando estabelecer relações com o simbólico, gerando desenvolvimento.

Como apresenta Porto (2008) a brincadeira não é algo já sabido pelas crianças e elas precisarão, por exemplo, do adulto auxiliando nesse processo, principalmente as mais novas. Esta troca poderá ocorrer também com crianças mais velhas ou da mesma idade, mas que já possuam uma vivência nesse campo mais expressiva. A criança, portanto aprende a brincar, brincando, entrando em contato com outras crianças, familiares e outros adultos e com isso vão conhecendo, se apropriando e ampliando seu repertório de brincadeiras.

1.2 O faz de conta: espaço de criação, descobertas, aprendizagens e desenvolvimento

A brincadeira é um momento de grandes conquistas e descobertas das crianças, e o faz de conta aparece de forma bastante expressiva na infância e como algo muito significativo, trazendo diversas experiências e com isso permitindo ganhos em diversos aspectos.

Alguns autores abordam de forma mais precisa a brincadeira de faz de conta trazendo suas contribuições para o desenvolvimento infantil. Prestes (2016), a partir de outros autores, traz informações sobre o surgimento do faz de conta, apesar de não saber precisamente ao certo quando isto se deu.

É nesse momento que nasce a brincadeira de faz de conta. E, mesmo com a impossibilidade de determinar o momento histórico exato em que surge - ele pode ser diferente nos diversos povos -, é importante destacar que está ligado à emergência da necessidade de uma preparação especial das crianças para poderem participar do trabalho dos adultos, o que provoca, inclusive, a necessidade do ensino para que as crianças possam operar determinados instrumentos. (PRESTES, 2016, p.32).

Brougère (2002) também, de certa forma, traz a relação entre a criança, a brincadeira e todo o contexto social que a cerca e as influências que este irá ocasionar nas diversas formas desta agir, ou seja, a criança está inserida em um meio, e neste existem diversas pessoas cada qual procedendo de um determinado modo, não estando a criança alheia a este ambiente.

Portanto, o faz de conta não é algo novo, mas sim já presente no universo que cerca a criança e atua como forma de aproximar a criança do meio em que vive, ou seja, o real ao qual esta já faz parte, só que de maneira diferenciada, pois através dele, ela poderá vivenciar papéis, experimentar situações, estabelecer relações, compreendendo o espaço e o contexto que a cerca.

O mundo real no qual a criança está inserida contém diversos aspectos e se configura de maneira peculiar, ao qual vai sendo descoberto, desvendado e interpretado pela criança. As regras de comportamento já mencionadas por Vigostky (2008) e também já inicialmente abordadas neste capítulo são uma dessas peculiaridades, as quais a criança está exposta.

Prestes (2016), apoiada nesse autor, também discute entre outros aspectos do faz de conta as regras sociais e suas contribuições para o desenvolvimento infantil que perpassam, entre outras questões, a compreensão do mundo que a cerca.

Por meio da atividade de brincar de faz de conta, a criança começa a vivenciar conscientemente as regras sociais da vida real. Nessa brincadeira, muitas vezes, revela-se um processo dramático para a criança, inclusive seu surgimento está relacionado a conflitos gerados por desejos não realizáveis na vida real. A criança, ao conseguir adiar a realização imediata de um determinado desejo que, por sua condição social, ainda lhe é impossível na vida real, inventa a brincadeira. (PRESTES, 2016, p.31)

A criança, portanto, estabelece uma relação singular com o brincar e seu cotidiano, ou seja, o mundo real que a cerca. No faz de conta, ela pode experimentar ser o avô e, com isso, projetar-se a uma idade superior assumindo, mesmo que de forma fictícia, sua rotina e obrigações. Já num outro momento pode desejar ser o irmão mais novo e, portanto, assumir este papel, mesmo que na vida real seja o irmão mais velho. Suas vivências cotidianas lhe darão instrumentos que irão auxiliá-la na construção e elaboração da brincadeira.

Com isso, Vigotsky (2008) traz a ideia relacionada à capacidade da criança se projetar além da sua idade cronológica e com isso desempenhar atitudes e comportamentos que transpassam a sua faixa etária, potencializando assim o seu desenvolvimento.

Este mesmo autor também salienta para outras questões envolvendo o brincar que estarão para além desta atividade atuando em outros campos do cotidiano da criança, permitindo seu desenvolvimento.

Na idade escolar, a brincadeira desloca-se para os processos internos, para a fala interna, a memória lógica e o pensamento abstrato. Na brincadeira, a criança opera com significados separados dos objetos, mas sem interromper a ação real com os objetos reais (VIGOTSKY, 2008, p. 32).

Corsaro (2002), em seu trabalho, também traz um pouco sobre sua experiência na análise do faz de conta a partir do acompanhamento de crianças em diferentes espaços educativos, e com isso faz reflexões sobre este momento de construção das crianças que será embasado em suas vivências do dia a dia.

O meu objectivo é demonstrar como é que crianças pequenas na produção do brincar sociodramático usam simultaneamente (assim como refinam e depois desenvolvem) um largo espectro de competências comunicacionais e discursivas, participam colectivamente em, e aumentam a cultura de pares, apropriam-se de características de, e desenvolvem uma orientação para, a vasta cultura adulta. (CORSARO, 2002, p.115-116)

Portanto, o autor esclarece que as crianças aprendem a se relacionar e construir suas culturas de pares através do brincar. O autor reflete também

sobre a criança e a relação que esta estabelece com a cultura que a cerca, trazendo questões relacionadas à socialização da criança.

O processo é reprodutivo no sentido em que as crianças não só internalizam individualmente a cultura adulta que lhes é externa mas também se tornam parte da cultura adulta, i é, contribuem para a sua reprodução através das negociações com adultos e da produção criativa de uma série de culturas de pares com as outras crianças.(CORSARO, 2002, p. 115)

Há uma série de questões importantes envolvidas na brincadeira, uma delas trazida e discutida por Corsaro (2002) é a criança tomar conhecimento do mundo que a cerca e a forma como esta irá perceber e modificar as informações, criando novos sentidos, e assim a criança constrói cultura. Esta também irá ampliar seu repertório a partir das trocas com seus pares que serão promovidas durante a brincadeira.

No entanto, a produção da cultura de pares não se fica nem por uma questão de simples imitação nem por uma apropriação directa do mundo adulto. As crianças apropriam-se criativamente da informação do mundo adulto para produzir sua própria cultura de pares. Tal apropriação é criativa na medida em que tanto expande a cultura de pares (transforma a informação do mundo adulto de acordo com o mundo dos pares) como simultaneamente contribui para a reprodução da cultura adulta. (CORSARO, 2002, p.114)

Portanto, para o autor, a criança, partindo de algo observado, visto em seu cotidiano, por exemplo, irá modificar isso atribuindo novos sentidos, significados, questões, características e peculiaridades próprias, caracterizando-se como algo novo, mas que teve até certo ponto influências da cultura já existente. Com isso, o autor traz o conceito de reprodução interpretativa presente no faz de conta em que, ao passo que a criança reproduz algumas questões e conceitos próprios da cultura em que está inserida, ela também é capaz de criar novas perspectivas, situações indo além do que já está posto. Borba (2007), a partir de Vigotsky, também traz essa relação da criança com a cultura, de reprodução, de criação e interpretação, mas esse aspecto é mais desenvolvido e ganha destaque na obra de Corsaro.

O faz de conta também provoca a capacidade de criação da criança, permitindo por vezes se distanciar do real, ou até enfrentar situações que talvez na vida real não enfrentaria. Com isso a criança busca solucionar

questões provenientes da brincadeira a partir de elementos que extrai da cultura adulta e também cria outros artifícios próprios pertinentes ao seu grupo para solucionar as demandas dos pares. Como salienta o autor:

No entanto, como é frequente, no caso das rotinas do brincar das crianças, há avanços e recuos da cultura dos adultos para a cultura dos pares. Há um movimento a partir das prospecções das crianças acerca do seu futuro para as suas retrospectivas em relação às preocupações com as culturas de pares locais. (CORSARO, 2002, p.121)

Corsaro (2002) assinala também para a adição de um componente do faz de conta, ou seja, algo que no mundo real não poderia ocorrer, mas que na brincadeira se torna possível. Trazendo com isso situações que irão transpassar o que no mundo e na concepção adulta seriam inaceitáveis, mas na brincadeira é passível de ocorrer.

Brougère (2010) também estabelece relação entre o brincar e a cultura. Salientando os vínculos que irão ocorrer, ou seja, na brincadeira há trocas bastante significativas, diferentes percepções entre a criança e o adulto, ou entre duas crianças, dependendo da situação. A brincadeira propicia a criança diversas experiências, aprendizagens, evidenciando potenciais, sendo um espaço de criatividade, como salienta o autor.

Portanto, a brincadeira é um espaço social, uma vez que não é criada espontaneamente, mas em consequência de uma aprendizagem social e supõe uma significação conferida por todos que dela participam (convenção). (BROUGÈRE, 2010, p. 109)

Por tudo o que foi exposto, é possível concluir que a brincadeira na Educação Infantil é importante para nortear o trabalho neste segmento, como apontam diversos autores. Borba (2007) em seu trabalho aponta algumas questões relevantes com relação ao brincar, sua inserção e a real relevância no cotidiano escolar, questionando de que maneira este vem sendo inserido nas práticas pedagógicas e evidenciando que, por vezes, este espaço não é enxergado com a sua devida relevância.

O brincar é uma atividade muito rica que permite a criança um maior conhecimento do mundo que a cerca, da cultura e de si mesma, portanto, deve ser um espaço importante e de destaque no planejamento, pensado, refletido,

observado e estudado. Pois, através dele, a criança desenvolve diversas questões, amplia outras e aprende como destaca Borba (2007).

A partir das considerações feitas até aqui, vale a pena refletir sobre as relações entre aquilo que o brincar possibilita - tais como aprender a olhar as coisas de outras maneiras atribuindo-lhes novos significados, a estabelecer novas relações entre os objetos físicos e sociais, a coordenar as ações individuais com a dos parceiros, a argumentar e a negociar, a organizar novas realidades a partir de planos imaginados, a regular as ações individuais e coletivas a partir de ideias e regras de universo simbólico - e o processo de constituição de conhecimento pelas crianças e pelos adolescentes. (BORBA, 2007, p.39)

Com isso, a brincadeira de forma mais livre, sem uma orientação direta do professor e, por isso, mais marcada pela autoria das crianças deve ser cuidada para não acabar sendo algo esquivado, em segundo plano ou ocorrido para preencher possíveis lacunas do planejamento. Sendo necessário, portanto, uma maior valorização deste momento, fazendo com que a brincadeira possua realmente um papel de relevância no cotidiano e receba a atenção necessária nos espaços de Educação Infantil, não sendo apenas uma coadjuvante.

Borba (2006) discorre sobre a relevância da brincadeira trazendo as relações com as propostas pedagógicas e a cultura, destacando de que maneira pode-se intervir contribuindo com este processo.

Neste sentido, estaremos potencializando a brincadeira como experiência de cultura quando: alimentamos a imaginação das crianças através de diferentes formas de expressão artística, tais como a literatura (poesia, contos tradicionais, lendas, trava-línguas, etc.), o teatro, as artes plásticas, a música, a fotografia, o cinema, etc.; possibilitamos às crianças a apropriação de novos conhecimentos sobre o mundo, aguçamos a sua observação sobre a realidade natural e social, resgatamos as brincadeiras tradicionais da nossa cultura, das famílias e da comunidade a que pertencem as crianças. (BORBA, 2006, p.52)

Assim sendo, através da brincadeira pode-se explorar diversos espaços e proporcionar variadas experiências que perpassem pelas mais variadas áreas, como traz a autora. E de certa forma, o professor contribui para isso indo muito além do ensinar, criando possibilidades para a experimentação,

vivências e descobertas das crianças promovendo aprendizagens e desenvolvimento.

A autora também destaca, posteriormente, a importância de uma observação com cunho investigativo deste cotidiano como forma de conhecimento e aprofundamento, permitindo ao docente com isso reunir mais informações para auxiliá-lo na prática.

Nessa direção, destaca Porto (2008) a respeito das possíveis intervenções a serem realizadas pelo professor em relação à brincadeira:

A intervenção se dá através da seleção dos brinquedos e demais materiais colocados à disposição das crianças, de sua arrumação num determinado espaço e da participação na brincadeira, quando é convidado. Todas essas ações são delicadas e complexas e exigem que os adultos, em especial os professores, conheçam muito bem a especificidade da brincadeira, depois de a terem observado muito. (PORTO, 2008, p.29).

Portanto, faz-se necessário uma maior atenção a estes espaços do brincar que, por vezes, podem ser limitados ou pouco estruturados, cabendo também ao educador alimentar e prover este de novos artifícios. A brincadeira é de grande valor e deve ser explorada no cotidiano da Educação Infantil, sempre havendo o papel do professor como observador, mediador e interventor, fazendo com que esta experiência seja significativa para as crianças.

CAPÍTULO 2 – A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo, apresento um breve histórico a respeito dos caminhos legais, ou seja, legislações que tiveram importância na trajetória percorrida pela Educação Infantil. Todavia, realizo um enfoque maior em dois destes documentos: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) publicada em 2009 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) publicada em 2017 que orientam o trabalho nas Instituições de Educação Infantil do país. Através da perspectiva trazida por estes realizo uma análise destes documentos verificando como eles abordam a brincadeira, destacando faz de conta e se explicitam ou não relação com a fundamentação teórica já apresentada.

2.1 Educação Infantil: os pilares legais que ampliaram sua consolidação

A Educação Infantil vem cada vez mais ganhando enfoque na atualidade e com isso passando por diversas transformações, a começar por sua inserção na legislação que ocorreu de forma processual à medida que se foi percebendo a necessidade de preencher lacunas deixadas pelas propostas anteriores e com isso sedimentando o espaço da Educação Infantil.

Cerisara (1999) em seu trabalho aborda um pouco a respeito da temática envolvendo a Educação Infantil, trazendo entre outras questões a trajetória percorrida por esta, destacando a importância de duas legislações, sendo a primeira a Constituição de 1988:

A Constituição de 1988 reconheceu como **direito da criança pequena** o acesso à educação em creches e pré-escolas. Esta lei coloca a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. (CERISARA, 1999, p.14)

Portanto, foi através deste momento, mesmo de forma ainda embrionária, que a Educação Infantil começou a emergir e a ser percebida como importante para criança. Através desta lei a criança, que ainda não se encontrava em idade escolar, passa a ter o direito ao acesso à educação.

Outros documentos também reforçam a importância da Constituição de 1988, como é o caso do Parecer das DCNEIs aprovado em 11 de novembro de 2009.

O atendimento em creches e pré-escolas como um direito social das crianças se concretiza com a Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação, processo que teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação. (BRASIL, 2009, p.1a)

Como o observado neste trecho do parecer das DCNEIs, a Constituição de 1988 trouxe mudanças significativas com relação à Educação sendo fruto de grandes debates e lutas para que a Educação Infantil passasse a ser inserida como competência do Estado, legitimando e abrindo caminhos da Educação Infantil junto a Educação, mas sem deixar de atender a criança pré-escolar em plenitude.

Cerisara (1999) também discorre com relação à outra legislação de grande importância para a Educação Infantil, que é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que foi promulgada em 1996, um pouco mais de um século após a Constituição. Esta lei trouxe mudanças significativas para esta faixa etária como destaca: “Esta nova LDB, também pela primeira vez, colocou a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, vindo a mesma a constituir um nível de ensino” (CERISARA, 1999, p.14).

Como a autora ressalta em seu trabalho, apesar de estar incluída como uma etapa de ensino, este segmento é denominado de Educação Infantil, o que traz um conceito que vai muito além do ensinar conteúdos às crianças pré-escolares. Tem-se, portanto, uma visão mais abrangente deste espaço que recebe crianças ainda muito pequenas para conviver e partilhar deste ambiente. Sendo necessário sim, ser visto de maneira diferenciada com relação ao ensino fundamental, no que diz respeito a diversas questões, como por exemplo, o que ensinar, de que maneira trabalhar temáticas, o espaço em si, entre outros.

Posteriormente a esses documentos, a educação como um todo foi recebendo novos enfoques, havendo, portanto mudanças no âmbito legislativo.

Com relação a documentos de importância na orientação do trabalho pedagógico na Educação Infantil e que serão objetos de análise, é importante ressaltar em especial dois: as DCNEIs, através da resolução de número cinco publicada em dezembro de 2009, que possui grande importância por ser um documento oficial e para a Educação Infantil por se tratar de um dos poucos documentos voltados exclusivamente para este segmento e que traz todo um novo olhar para este, já sendo objeto de estudo e utilizado por diversas instituições.

E também a BNCC, que após duas versões preliminares ganhou seu formato final, sendo publicada em dezembro de 2017. Esta possui importância para análise, primeiramente por ser um documento oficial que contém referências para a organização dos currículos não só da Educação Infantil, mas da Educação Básica como um todo e segundo por ser recente quando comparado com outros como, por exemplo, as DCNEIs, e que por isso talvez ainda não muito conhecido e explorado.

2.2 Reflexões a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

As DCNEIs são compostas de dez artigos, a fim de orientar o trabalho pedagógico nas instituições de ensino. Esta apresenta caráter mandatório conforme salienta Feliponi (2014). Após seu parecer homologado em 2009, fixa-se em dezembro do mesmo ano as diretrizes. Este documento traz uma série de questões importantes e pertinentes à Educação Infantil, sendo um dos poucos documentos exclusivamente dedicados ao trabalho junto às crianças pequenas, que, portanto merece um estudo mais aprofundado.

Em seus dez artigos e diversos incisos, selecionei alguns que julguei possuir relação direta com a minha pesquisa, ou seja, que apresentem relação com conteúdos relacionados à brincadeira, com ênfase no faz de conta, trazidos pelos teóricos já brevemente apresentados. O primeiro artigo que possui relação direta com o conteúdo trazido pelos autores é o quarto, que também se encontra mencionado na estrutura da BNCC.

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivência, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p.1b)

Este artigo traz um pouco sobre a direção a seguir com relação às propostas pedagógicas a serem realizadas e traz a criança como protagonista destas práticas. É importante destacar alguns dos componentes mencionados pelo documento que são de grande relevância, como por exemplo, o ato de brincar realizado pela criança e que foi amplamente discutido por autores como: Borba (2006/2007), Vigostky (2008), Porto (2008), Brougère (2010), entre outros, reafirmando, portanto, a importância e o valor a ser agregado à brincadeira.

Também é importante ressaltar que neste fragmento há menção a imaginação e a fantasia, sendo a imaginação trazida como destaque por alguns autores como Vigotsky (2008), que em seu trabalho traz a presença desta na brincadeira e suas contribuições para a mesma. Com isso, podemos verificar a importância de considerá-la como algo constitutivo da criança e levada em consideração nas propostas pedagógicas, permitindo a criança criar cenas, personagens, histórias, sendo também discutido por autores como Prestes (2016), Borba (2007) e se utilizar dos espaços de educação como uma boa oportunidade para experimentar e fazer uso da imaginação.

Por fim, este enxerto faz menção a aprendizagem e a produção de cultura que estão diretamente relacionados com a brincadeira. Corsaro (2002) em seus estudos traz a relação da brincadeira com a produção de cultura, a partir da análise do faz de conta. Apesar do faz de conta não estar explicitamente dito neste trecho das diretrizes, possui representação de seus componentes como a imaginação, a própria brincadeira em si e a produção de cultura.

O oitavo artigo deste mesmo documento discorre sobre os direitos que devem ser assegurados às crianças em relação às propostas pedagógicas desenvolvidas nestes espaços de educação, e um destes é a brincadeira,

reforçando e destacando a importância desta atividade estar presente na rotina pedagógica como um direito garantido a criança. Com isso as DCNEIs apresentam a valorização do brincar e o que este pode proporcionar a criança, de acordo como o apresentado por alguns autores como Vigotsky (2008) e Borba (2007).

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e a interação com outras crianças. (BRASIL, 2009, p.2 b)

Outro artigo que estabelece relação direta com a brincadeira, apesar de não trazer maiores especificações com relação a esta, é o nono artigo, composto de doze incisos e mais um parágrafo único.

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaciais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de

referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências. (BRASIL, 2009, p.4 b).

Este artigo, que também foi objeto de menção na BNCC, explicita a importância do trabalho realizado na Educação Infantil tendo como uma de suas direções à brincadeira, ou seja, salientando a importância e a presença desta no cotidiano deste segmento, e a partir disso, em seus demais incisos, desdobra de que forma essas experiências podem trazer ganhos e promover aprendizagens e desenvolvimento para as crianças. A BNCC (2017) ao fazer menção a este artigo das DCNEIs traz a relação entre o brincar, as relações construídas entre as crianças e também com os adultos.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e brincadeiras entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão de afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (BRASIL, 2017, p.35)

Alguns autores como Brougère (2010) discorrem à respeito da brincadeira, as relações estabelecidas nesta e a importância destes vínculos,

assim como Corsaro (2002) que também menciona estas relações estabelecidas na brincadeira conforme apresentado neste artigo das DCNEIs. O nono artigo menciona “interações” e “a brincadeira”, portanto as atividades a serem realizadas nos espaços de Educação Infantil devem permitir as crianças, através da brincadeira e das relações com o outro, diversas experiências e aprendizagens como trazem os demais incisos.

Por fim, trago para análise o décimo artigo, que aborda a avaliação de todo o processo educativo, através do trabalho realizado nestes espaços e do desenvolvimento das crianças como um todo, mas especificamente o primeiro inciso, que diz: “I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;” (BRASIL, 2009, p.4 b) que elucida e dá importância à forma como deve ser realizado o processo de avaliação. Ou seja, este deve estar pautado em um acompanhamento analítico por parte dos professores do dia a dia das crianças e das atividades desenvolvidas por estas para um acompanhamento do processo como um todo, permitindo uma visão integral do desenvolvimento das crianças.

Alguns autores como Porto (2008) e Borba (2006), discorrem a respeito da importância desta observação com relação à brincadeira. Através disso, o professor se permitirá conhecer melhor a criança e todo o contexto que a cerca. Porto (2008) traz também algumas formas de intervir neste espaço de construção das crianças que é a brincadeira, como já abordado no capítulo anterior deste trabalho. Assim como Borba (2006) que também enfatiza a importância desta observação, e como esta pode contribuir para o trabalho pedagógico e possíveis formas de trazer novos elementos ao brincar. Portanto, percebe-se uma relação estrita entre as DCNEIs e autores apresentados neste trabalho.

As DCNEIs trazem uma série de orientações para nortear o trabalho a ser desenvolvido na Educação Infantil, todavia não há uma diferenciação por faixas etárias ou grupos, estas orientações são amplas englobando a Educação Infantil como um todo, trazendo aspectos avaliativos, propostas e objetivos a serem trabalhados e alcançados neste segmento. Não há um detalhamento e especificação maior com relação, por exemplo, as atividades a

serem realizadas neste campo, possivelmente por ser apenas um documento de caráter orientador e não prescritivo. Há apenas uma menção mais ampla com relação a estas e em que direção as propostas deverão seguir para garantir uma série de questões que irão contribuir para o desenvolvimento das crianças.

Com relação à brincadeira de faz de conta, não há menção de forma direta nas Diretrizes, apenas é mencionada a brincadeira de forma mais ampla, destacando-a inclusive como um dos principais eixos do trabalho na Educação Infantil. Apesar de não estar de forma destacada nas Diretrizes, o faz de conta aparece no parecer das DCNEIs, por este ser um documento mais extenso, que destaca e menciona algumas questões que nas DCNEIs aparece de forma mais restrita, implícita, sendo, portanto um documento que complementa e amplia as Diretrizes. Neste trecho do parecer, contido na parte em que se aborda “A visão de criança: o sujeito do processo de educação” é possível observar isto de forma mais clara quando o documento se refere à criança:

Nessas condições ela faz amigos, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p.6 a)

O faz de conta também é mencionado em outros pontos deste mesmo documento, salientando sua relevância para a Educação Infantil e para o desenvolvimento da criança sendo comparado com outras aquisições desta como é o caso, por exemplo, da fala, como destaca o trecho abaixo.

O período de vida atendido pela Educação Infantil caracteriza-se por marcantes aquisições: a marcha, a fala, o controle esfinteriano, a formação da imaginação e da capacidade de fazer de conta e de representar usando diferentes linguagens. (BRASIL, 2009, p.7a)

Ou seja, os primeiros anos de vida que justamente são contemplados por este segmento da educação que é a Educação Infantil, são de extrema importância para a criança que começa a ser apresentada e a conhecer o mundo, as especificidades deste, aprende a falar, a caminhar, correr, pular e também a construir e ampliar repertório, e com isso é capaz de ampliar significados, criar e fazer uso do faz de conta nas brincadeiras. A capacidade

de fazer de conta é muito importante e permite a criança se utilizar da imaginação para isso, devendo ser, portanto, objeto de observação, reflexão, trabalho e valorização por parte das instituições de educação.

As DCNEIs apresentam considerações relevantes com relação à brincadeira havendo, portanto relação com o apresentado por autores como, por exemplo: Vigotsky , Borba e Brougère. O parecer das DCNEIs menciona o faz de conta de forma pontual, ampliando, portanto pontos trazidos pelas DCNEIs como é o caso da brincadeira que aparece neste num conceito mais amplo, podendo estabelecer relações com a fundamentação teórica já apresentada.

2.3 Considerações a respeito da Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Curricular Comum, após duas versões preliminares chega ao seu formato final em 2017, a terceira versão do documento, que foi marcada pela participação de alguns especialistas da área de ensino e da sociedade civil, como traz o próprio documento.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p.7 b)

Portanto, a BNCC vem dividida por etapas e contempla a Educação Infantil, contexto no qual este trabalho está inserido, sendo, portanto importante a análise deste documento. Neste, é possível observar, como traz o próprio fragmento, que serão enumeradas de acordo com as etapas (Educação Infantil e Ensino Fundamental) alguns objetivos a serem alcançados.

Através da BNCC, como salienta Brasil (2017), busca-se trazer um documento normativo que atue como referência para a estruturação dos currículos escolares, seja no âmbito público ou privado. Ou seja, a partir deste documento os estabelecimentos de ensino passam a ter um documento normativo, que guia a estruturação de seus currículos, independentemente, por

exemplo, da localização da escola. Todavia, é importante ressaltar que se faz necessário considerar as especificidades de cada região, que podem acarretar pequenas mudanças no contexto curricular, visto que o Brasil é um país bastante amplo e com grande diversidade regional.

Algumas críticas foram apresentadas com relação a alguns aspectos trazidos pela BNCC. A ANPEd (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação) em nota, trouxe algumas ressalvas com relação a BNCC em que questiona algumas questões, como por exemplo, a metodologia de elaboração, o fato do Ensino Médio não estar presente neste documento, questões relacionadas a estrutura do currículo, a organização curricular estruturada em competências, entre outras situações:

A ANPEd, desde o ano de 2015, vem produzindo um conjunto de posicionamentos críticos acerca da proposição de uma Base Nacional Comum Curricular. São elementos presentes nesta crítica tanto a metodologia de elaboração que privilegia especialistas e subalterniza o diálogo com as comunidades escolares quanto suas evidentes implicações nos processos de avaliação, de ensino e aprendizagem, na homogeneização das matrizes curriculares, na formação de professores e autonomia das escolas que fragilizam com a lógica de centralização que a BNCC instaura na educação escolar (ANPEd, 2017, p.1)

O Parecer da BNCC, aprovado em quinze de dezembro de 2017, traz a declaração de voto dos conselheiros, sendo alguns contrários ao Parecer da BNCC com relação a algumas questões como, por exemplo, o fato do Ensino Médio não estar presente neste documento, questões relacionadas à EJA, a educação do campo, entre outras. Outros conselheiros foram a favor, apesar de apresentarem algumas ressalvas como, por exemplo, questões relacionadas à alfabetização, ao prazo de revisão da BNCC, entre outros. Contudo, salientam que esta (a BNCC) também é um passo importante para uma Educação de qualidade.

Contudo trata-se de um passo inicial da maior importância. Estamos tendo a oportunidade de enunciar direitos, e, a partir deles apontar deveres do Estado e da Sociedade para com a Educação de qualidade como requisito para uma sociedade democrática desenvolvida e socialmente justa.

Destaco que com a aprovação da BNCC, o principal trabalho começa agora, nas escolas. São os educadores que deverão de tomar a BNCC como referência para a elaboração crítica,

criativa e participativa de seus currículos e propostas pedagógicas. (BRASIL, 2017, p.45 a)

Para que se estruturasse a BNCC, diversos caminhos foram percorridos, gerando algumas mudanças e conquistas no âmbito educacional. Segundo Brasil (2017) inicialmente com a Constituição de 1988, seguido pela Lei de Diretrizes e Bases em 1996, o Plano Nacional de Educação em 2014 e posteriormente alterações na própria LDB, sendo esta expressa de forma mais explícita. Essas foram algumas das mudanças que deram incentivos e suporte para que se estruturasse um documento que agrupasse conteúdos a serem aprendidos e objetivos a serem alcançados nas diferentes etapas do Ensino Básico.

Quando se observa a extensão deste documento, percebe-se que é bem maior quando comparamos, por exemplo, com as DCNEIs, até por agrupar outras etapas do ensino, com isso não se restringe apenas a Educação Infantil. Esta configuração da BNCC já gera um grande desafio em conseguir contemplar todas as situações, peculiaridades e anseios que envolvem a educação como um todo, sendo necessário ser vista de forma mais abrangente e com certos cuidados. Todavia, de maneira nenhuma diminui sua importância, pois se trata, a meu ver, na sua origem, de uma busca por um olhar de continuidade sobre a educação.

É de extrema importância em todo processo a continuidade, e a escola faz parte do processo de educação dos sujeitos e para que isso ocorra há necessidade de interação e coesão entre os segmentos da educação, se não muita coisa se perde (informações, questionamentos, conquistas) e passa a não ter sentido para o indivíduo.

A BNCC, na sua parte introdutória, ou seja, antes de percorrer cada etapa de ensino, discorre sobre as “competências gerais” a serem trabalhadas pelos educandos, sendo estas um total de dez, informando ao leitor no que consistem essas e quais seriam.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e sociemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno

exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p.8 b)

As competências perpassam todas as etapas do sistema educacional, de acordo com a demanda e especificidade de cada uma, como traz o documento. Na sua essência, parecem exprimir a ideia de continuidade do processo educacional, por trazer pontos chaves que deverão contemplar todas as etapas educacionais, desde a Educação Infantil. Considero importante salientar que, ao meu ver, para este segmento, este documento representa mais uma conquista, dando à Educação Infantil mais destaque e visibilidade, permitindo mais espaços para estudos, debates, reforçando sua existência como parte do sistema educacional.

A Base Nacional Comum Curricular, portanto, irá se dividir nas etapas que compõe a Educação Básica e a partir daí ela amplia a aprendizagem, desenvolvimento e conteúdos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, sendo alvo deste trabalho apenas um: a Educação Infantil. Este documento, para a Educação Infantil apresenta os “seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento” que são: “conviver”, “brincar”, “participar”, “explorar”, “expressar” e “conhecer-se” que estarão de certa forma norteando as práticas, atividades e propostas a serem desenvolvidas neste segmento.

Com relação à brincadeira, esta aparece nestes direitos, sendo representada de forma abrangente pelo segundo direito conforme destaco a seguir:

Brincar: cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2017, p. 36 b)

Através da observação deste fragmento se percebe a relação com o que já foi exposto por alguns autores no primeiro capítulo do presente trabalho como, por exemplo, Vigotsky (2008) que discorre sobre a brincadeira e a imaginação, conceitos mencionados no fragmento acima destacado.

Este pequeno fragmento exprime algumas das formas e possibilidades que o brincar pode trazer para as crianças e que por isso deve ser alvo das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas neste segmento, além da necessidade das relações estabelecidas nesta atividade, em conformidade com o que trazem autores como, por exemplo, Corsaro (2002) e Brougère (2010) que apresentam a importância das relações estabelecidas no brincar, assim como também é destacado neste fragmento e Borba (2007), que também traz as experiências, relações e desenvolvimento promovidas pela brincadeira, conforme apresentado no primeiro capítulo.

Outros dois direitos, o “participar” e o “conhecer-se” também fazem referência às brincadeiras como uma das formas de exemplificar a concretização destes, o que mais uma vez salienta a importância da brincadeira em sua forma mais ampla para este documento. A BNCC, ao iniciar sua apresentação com relação à Educação Infantil, já reforça a importância da brincadeira ao mencionar dois artigos das DCNEIs, destacando-se o nono artigo que traz a brincadeira e as interações como eixos do trabalho pedagógico, conforme já apresentado neste trabalho.

De maneira geral, na descrição dos direitos, o brincar vem sendo trazido na sua forma mais ampla e abrangente, não sendo ainda exemplificado e esmiuçado, portanto, não sendo desdobrado com relação, por exemplo, ao faz de conta e demais formas do brincar, mas o brincar é visto com relevância com relação a sua presença na rotina dos espaços escolares, conforme o trazido por alguns autores como Borba (2006;2007) e Porto (2008).

A BNCC também traz a importância de ver a criança como agente participante do seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, trazendo a importância do educador atuar com intenção em relação as suas práticas para com as crianças.

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer-se a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações, com materiais variados, na aproximação com

a literatura e no encontro com as pessoas. (BRASIL, 2017, p. 37 b)

Alguns autores irão estabelecer e discutir a brincadeira nas práticas pedagógicas como Borba (2007) que relaciona a brincadeira, o papel do professor e suas possíveis atuações e intervenções, questionando o planejamento e trazendo o conceito de experiência de cultura a ser experimentado pelas crianças através das práticas desenvolvidas.

Organizando rotinas que propiciem a iniciativa, a autonomia e as interações entre as crianças. Criando espaços em que a vida pulse, onde se construam ações conjuntas, amizades sejam feitas e criem-se culturas. Colocando a disposição das crianças materiais e objetos para descobertas e ressignificações, transgressões. (BORBA, 2017, p. 44)

Porto (2008), como exposto no primeiro capítulo deste trabalho, também colabora trazendo possíveis intervenções e atitudes a serem realizadas pelo professor a fim de contribuir para o espaço da brincadeira e a importância de se conhecer bem este espaço. Ou seja, de maneira geral há grande importância tanto na elaboração deste momento, como o de planejar este espaço, organizar com intencionalidade, mas sem esquecer-se das possíveis contribuições e desdobramentos trazidas e produzidas pelas próprias crianças.

Borba (2006) descreve também de que forma algumas intervenções e contribuições realizadas nas práticas pedagógicas podem ampliar a brincadeira, gerando mais possibilidades para as crianças conforme exposto no primeiro capítulo.

Outra mudança presente na BNCC, relacionada à Educação Infantil é a respeito dos “campos de experiências” e que irão conter os objetivos a serem desenvolvidos e potencializados neste segmento. Todavia, a BNCC ressalta que estes estão apoiados em conceitos trazidos pelas DCNEIs.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BRASIL, 2017, p. 38 b)

Ou seja, desta forma procura-se construir práticas a partir da experimentação das crianças, do que elas veem, se relacionam, observam,

vivenciam, sentem, provam e se desafiam, e com isso trazer suas percepções ampliando e tecendo relação a outros conceitos e saberes presentes na nossa cultura, e desta forma se torna possível construir conhecimento.

São descritos cinco “campos de experiências” que, de acordo com a Base, são pontos importantes que contemplam conceitos com relação ao processo de desenvolvimento e aprendizagem. Estes campos são: “O eu, o outro e o nós”, “Corpo, gestos e movimentos”, “Traços, sons, cores e formas”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

Ao trazer estes objetivos na forma de “campos de experiência”, a BNCC engloba uma série de questões importantes com relação a momentos vividos pelas crianças, situações cotidianas, práticas pedagógicas e suas possibilidades e também momentos do processo de desenvolvimento das crianças. Trazendo estas como participantes, questionadores, investigadores, inseridas no processo de construção e ampliação do conhecimento.

O documento parece ampliar o conceito de aprendizagem, não resumindo esta apenas ao aprender conteúdos, mas sim trazendo importância e relevância ao que é vivido pelas crianças; revelando o papel social da escola, em que indivíduos ainda muito pequenos compartilham de situações já complexas como, por exemplo, dividir objetos; conhecer e também por vezes enxergar por outras perspectivas diversas experiências; convida também o professor a fazer uso de diversos recursos e com isso trazer a construção do conhecimento.

Na BNCC cada um desses “campos de experiência” é descrito a fim de conceituar o que consiste cada um deles, justificando sua importância e de que forma podem ser contemplados. Destaco o segundo, denominado “Corpo, gestos e movimentos”, pois este menciona o ato de brincar realizado pelas crianças, o que não ocorre na descrição dos demais campos.

Neste mesmo campo, o faz de conta também é destacado: “Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre

corpo, emoção e linguagem” (BRASIL, 2017, p. 39 b). Apesar de aparecer mencionado explicitamente apenas na descrição de um dos campos, este vem sendo trazido como uma forma de linguagem, ressaltando a importância da sua presença nas rotinas da Educação Infantil.

Alguns autores como, por exemplo, Corsaro (2002), analisam o faz de conta trazendo as contribuições deste para a criança, conforme exposto no primeiro capítulo, sendo uma destas na área da comunicação. Prestes (2016), autora também já mencionada neste trabalho, amplia algumas discussões trazidas por Vigotsky, e também discorre sobre o faz de conta, discutindo a relação deste e suas contribuições para o desenvolvimento infantil.

A BNCC, além de estruturar os conhecimentos em “campos de experiência”, os divide também em faixas etárias, em que os “bebês” correspondem a crianças até um ano e meio de idade, “crianças bem pequenas” incluem crianças de um ano e sete meses até três anos e onze meses e as “crianças pequenas” contemplam as crianças entre quatro e cinco anos e onze meses.

É importante comentar, que ao separar por faixas etárias estes campos tão amplos, pode-se gerar certa limitação aos objetivos, tornando-os dependentes das faixas etárias, não contemplando possíveis questões que, por serem processuais, podem estar nessas interseções. Sendo isto destacado pela própria BNCC ao explicitar que pode haver certas restrições com relação a esta divisão: “Todavia esses grupos não podem ser considerados de forma rígida, já que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser consideradas na prática pedagógica (BRASIL, 2017, p.42 b)”. Prestes (2016) também traz discussões a partir do exposto por Vigotsky com relação a este engessamento promovido pela separação por idade das crianças.

Essa ideia de Vigotsky nos dá base para refletirmos a respeito da persistente divisão das crianças por faixas etárias nas instituições. Essa separação coloca em evidência a concepção de desenvolvimento infantil, como se em determinadas idades a criança apresentasse determinados aspectos, comportamentos, habilidades, ou seja, certas regularidades que são obrigatórias e estão sob o controle do adulto. (PRESTES, 2016, p. 33)

Ou seja, de certa forma, é um pouco difícil realizar essa delimitação de alguns objetivos, podendo estes não estar exatamente em apenas uma faixa etária e sim se estendidos por todo o segmento.

A brincadeira, apesar de salientada sua importância no decorrer do documento na parte da Educação Infantil e ser um dos pontos-chaves do segmento em questão, nos desdobramentos dos campos da BNCC, ou seja, quando esta traz os objetivos por faixas etárias agrupadas, nem sempre a brincadeira aparece citada de forma explícita.

No campo “O eu, o outro e o nós” a brincadeira aparece citada na sua forma mais ampla, mais de uma vez no grupo dos “bebês” e das “crianças bem pequenas” salientando, portanto a sua importância, porém não sendo mencionada em nenhum dos objetivos do grupo das “crianças pequenas” que correspondem ao último grupo etário que compõe o segmento da Educação Infantil. Nesta faixa etária, que engloba as crianças mais velhas, com relação a este “campo de experiência” outras questões foram destacadas nos objetivos, como por exemplo, na área das relações estabelecidas pelas crianças, mas não sendo mencionada a brincadeira de forma direta, apesar do documento já ter mencionado na parte introdutória da Educação Infantil questões relacionadas à brincadeira e as relações estabelecidas nesta, destacando até mesmo outros documentos como as DCNEIs.

Já no caso do campo “Corpo, gestos, e movimentos”, com relação aos objetivos, a brincadeira também aparece mencionada na sua forma mais ampla, sem haver desdobramentos ou maiores especificações com relação a ela em pelo menos um dos objetivos de cada grupo, estabelecendo certa relação entre esta atividade tão significativa entre todas as faixas etárias deste segmento e determinado objetivo do processo educacional a que se pretende desenvolver.

Com relação ao campo “traços, sons, cores e formas” a brincadeira aparece mencionada como “brincadeiras cantadas” em um objetivo do grupo dos “bebês” e das “crianças bem pequenas”, e há também a menção com relação às “brincadeiras de faz de conta” apenas na faixa etária das “crianças pequenas”. Apesar deste campo mencionar a brincadeira em seus objetivos, o

faz de conta só se encontra explicitamente mencionado em um objetivo e apenas relacionado as crianças a partir de quatro anos. Com isso, seria possível pensar que o faz de conta só seria percebido mais expressivamente em crianças mais velhas? Vigotsky (2008), ao se referir à brincadeira, traz algumas peculiaridades desta destacando:

Penso que a brincadeira com situação imaginária é algo essencialmente novo, impossível para a criança até os três anos; é um novo tipo de comportamento, cuja essência encontra-se no fato de que a atividade, na situação imaginária, liberta a criança das amarras situacionais (VIGOTSKY, 2008, p.29).

Vigotsky (2003) e Brougère (2010) trazem o conceito da brincadeira como aprendizagem social pelas crianças e por isso estas aprendem ao observar o adulto ou uma criança mais experiente, portanto, de certa forma irão se familiarizar com o faz de conta inicialmente imitando situações que com o decorrer do tempo irão se ampliar permitindo criar situações ou tornar outras ainda mais elaboradas. Neste sentido, considero que se faz importante que o faz de conta entre também como objetivo de aprendizagem com as crianças menores, salientando que isto ocorre de forma processual para a criança.

Seria, portanto possível pensar que o faz de conta com crianças mais velhas ocorre de maneira um pouco mais distinta e também mais elaborada do que com as crianças menores em que ainda há uma necessidade maior de intervenção dos adultos durante as rotinas do brincar.

A BNCC ao trazer os objetivos do campo “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, o documento cita a brincadeira na forma de “brincadeiras cantadas” em apenas um dos objetivos do grupo das “crianças pequenas”, mesmo este campo fazendo referência à imaginação, como traz o próprio título, não mencionando a brincadeira nas demais faixas etárias nem em outros objetivos desta mesma faixa etária. A brincadeira poderia ter sido mais destacada neste campo, inclusive na descrição do mesmo, visto que a imaginação, presente no título deste, é um dos componentes do brincar conforme trazido por Vigotsky (2008) onde este estabelece uma relação estrita entre o brincar e a imaginação.

Por fim, no campo “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” a brincadeira só aparece mencionada de forma mais ampla em um objetivo de apenas um grupo etário, o dos “bebês”, da seguinte forma: “(EI01ET06) vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e nas brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.). (BNCC, 2017, p.49)”. Apesar do documento não trazer a brincadeira em outros objetivos neste campo, esta se faz importante e esta intimamente ligada ao espaço assim como já trazido por outros autores como, por exemplo, Porto (2008) e Borba (2006) que trazem a importância do espaço como potencializador do brincar.

O documento também ressalta a importância do processo educacional ocorrer de forma não fragmentada, havendo interação entre o segmento da Educação Infantil e o Ensino Fundamental, trazendo assim mais garantia de um processo educacional coeso.

De maneira geral a BNCC remete a importância da brincadeira, salientando de certa forma sua presença nas rotinas da Educação Infantil, até por mencionar partes de outros documentos que também são direcionados a este segmento, como é o caso das DCNEIs. E também por mencionar em diversas partes, a brincadeira, como por exemplo, nos “direitos de desenvolvimento e aprendizagem”, na descrição de um dos “campos de experiências” e em alguns objetivos dos diferentes “campos de experiência” mesmo que, por vezes, não tenha sido mencionada em todas as faixas etárias ou na descrição de todos os “campos de experiência”, ou por aparecer na sua forma mais ampla e em alguns casos sem maiores desdobramentos e exemplificações.

Sendo, portanto impossível pensar em espaços educacionais que, de alguma forma, não tragam a brincadeira e não a enxerguem como desencadeadora, potencializadora e fundamental no desenvolvimento infantil. Assim, é importante que os professores tragam o brincar para ocupar um lugar de importância na rotina, sendo capaz de promover ganhos à criança em diversas esferas, como, por exemplo, a social, fazendo deste algo importante para tornar a aprendizagem mais significativa, ampliando o conceito deste e

reconhecendo que as crianças aprendem e se desenvolvem enquanto exploram, observam, imitam, conhecem outras culturas, criam personagens, imaginam, fazem de conta e brincam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho busquei através da leitura de alguns textos da obra de autores como Vigotski, Borba, Prestes, Corsaro, Porto e Brougère tentar compreender a brincadeira, conhecendo e aprofundando mais sobre a obra destes, trazendo algumas questões importantes com relação a este tema, buscando um olhar mais sensível para o faz de conta, analisando também nos documentos oficiais utilizados para guiar o trabalho na Educação Infantil de que forma estes trazem a brincadeira, procurando estabelecer relação com os autores já citados.

Com isso, pude realizar uma leitura um pouco mais detalhada das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/2009 e também da Base Nacional Comum Curricular que, apesar de sua publicação ainda recente, será ainda mais discutida e utilizada de maneira geral por toda a Educação Básica.

A partir disto, procurei destacar momentos em que estes documentos mencionavam o faz de conta, exemplificando, portanto uma das formas do brincar e, por vezes, também observei a necessidade em buscar sobre o brincar na sua forma mais ampla, quando a brincadeira não era desdobrada, mas mencionada. Busquei estabelecer relações e reflexões entre o que autores discorreram em suas obras com os trechos destacados nos documentos, a fim de analisar a inserção da brincadeira, em especial o faz de conta, nestes documentos oficiais.

O presente trabalho, apesar de fazer uma análise breve sobre a temática da brincadeira, enfatizando o faz de conta nos documentos oficiais, pode concluir que a brincadeira é, sim, importante nas práticas cotidianas da Educação Infantil, sendo vista e destacada tanto nas DCNEIs como na Base Nacional Curricular, e o faz de conta, mesmo se tratando de uma das formas de expressão do brincar, se faz presente e é mencionado diretamente pela Base Nacional Curricular Comum e não diretamente nas DCNEIs, mas em seu Parecer. As DCNEIs trazem na sua composição o conceito de que a brincadeira e as interações são eixos importantes assim como a BNCC,

salientando com isso a brincadeira e trazendo a importância desta como norteadora do trabalho com as crianças pequenas. Portanto, trazem elementos e estabelecem relação com o que os autores de maneira geral salientam sobre o brincar e por estar presente, mesmo que por vezes não mencionados em todos os “campos de experiência” e objetivos como no caso da BNCC, mas de alguma forma mencionam e salientam a importância do brincar na sua forma mais ampla e sobre sua importância nas rotinas escolares, conforme trazido por autoras como Borba (2006;2007) e Porto (2008).

A brincadeira também é vista como direito das crianças pelas DCNEIs, destacando sua importância nas propostas pedagógicas e o brincar também ganha destaque pela BNCC ao ser destacado como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, ratificando que ambos os documentos trazem essa percepção da brincadeira como componente e propulsora da aprendizagem e do desenvolvimento.

Pode-se perceber a presença do faz de conta explicitamente tanto na BNCC como no Parecer das DCNEIs, não em todos os momentos, mas sendo de alguma forma destacado nestes documentos e também ganhando mais amplitude quando o brincar é mencionado.

Portanto, é importante que os professores valorizem o faz de conta como um momento próprio de construção das crianças em que estas irão criar papéis e experimentar ser quem já são ou não na vida real, vivenciar situações do cotidiano sobre outros olhares, discutir e entrar em conflitos gerando por vezes frustrações de ter que aceitar a situação escolhida pelo outro, ampliar seu repertório e também expor sua maneira de ver e interpretar o que o cerca.

Porto (2008) aponta para a importância de utilizar a brincadeira como aliada: “Reciprocamente, o professor pode observar o conteúdo cultural da brincadeira para desenvolver outras atividades que, desse modo, vão partir dos interesses demonstrados pelas próprias crianças (Porto, 2008, p. 29)”. O faz de conta pode, por exemplo: auxiliar na escolha de temas a serem desenvolvidos nos espaços educacionais, levantar questões para reflexão junto com as crianças.

Este trabalho me fez refletir sobre a importância de se estudar, conhecer e discutir não só os teóricos, mas também os documentos criados para nortear o trabalho nos espaços de Educação Infantil, para que, com isso, possamos refletir sobre esses, sempre buscando melhorar a prática profissional.

Outros estudos poderiam ser ampliados a partir deste, como por exemplo, analisar de que forma o faz de conta vem sendo inserido nas rotinas escolares e percebido pelos educadores ou de que forma este está concebido em outros documentos como, por exemplo, o projeto político pedagógico das instituições escolares, podendo assim estabelecer novas reflexões com relação à temática.

REFERÊNCIAS

ANPED. **Nota da ANPEd sobre a entrega da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE)**, abril 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/nota_da_anped_sobre_a_entrega_da_terceira_versao_da_base_nacional_comum_curricular_abril_2017.pdf> Acesso em 9 Fev. 2019.

BORBA, A. M. **O Brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In Brasil. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília, p.33-45, 2007.

BORBA, A. M. **O cotidiano na educação infantil: A brincadeira como experiência de cultura**. Brasília, 2006. p. 46-54. Disponível em:< <http://www.escolasapereira.com.br/arquivos/175810Cotidiano.pdf>> Acessado em 12 agosto.2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer nº 20/2009**, homologado pelo despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 9/12/2009, Seção 1, Pág. 14, 2009 a.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB - **Resolução nº5 de 17 de Dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2009 b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Parecer nº 15/2017**, Portaria nº 1.570 publicado no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146, 2017 a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, Consed, Undime, 2017 b.

BROUGÈRE, G. A criança e a cultura lúdica. In: KYSHIMOTO, T.M. (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BROUGÈRE, G. Que possibilidades tem a brincadeira? In: WAJSKOP, G. (Org.). **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Cortez, 2010.

CERISARA, B. A. **Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? PERSPECTIVA**. Florianópolis, n. 17, n. Especial, p. 11 - 21, 1999.

CORSARO, W. **A reprodução interpretativa no brincar “ao faz de conta” das crianças**. Revista Educação, Sociedade & Culturas. Porto, n 17, p. 113-134, 2002.

FELIPONI, E. **A educação infantil a partir da obrigatoriedade escolar: concepções de currículo, infância e criança (e o desempenho do “ofício de aluno”) em documentos oficiais**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/414-0.pdf> Acessado em 16 dezembro 2018.

NUNES, M. F. R. **Educação Infantil: instituições, funções e propostas**. IN: CORSINO Patrícia (org). Educação Infantil: cotidiano e políticas. São Paulo: Editores Associados, 2009.

OSTETTO, E. L. **O planejamento na educação Infantil: mais do que a atividade, a criança em foco**. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios. Campinas/ SP: Papyrus, 2000.

PORTO, C. L. **Brincadeira ou atividade lúdica?** Ministério da Educação. Salto para o Futuro. Jogos e brincadeiras: desafios e descobertas, 2. Ano XVIII. Bol. 07, maio/2008.

PRESTES, Z. **A brincadeira de faz de conta e a infância.** Trama interdisciplinar, v. 7, n.2, p. 28-39, maio/ago. 2016. Disponível em: <editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/download/9807/6068>. Acessado em: 8 maio.2018.

VIGOTSKY, L. S. **A brincadeira e seu papel no desenvolvimento psíquico da criança.** Tradução de Zóia Prestes. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, n.11, p. 23-36, jun.2008. Disponível em: <<https://isabeladominici.files.wordpress.com/2014/07/revista-educ-infant-indic-zoia.pdf>>. Acesso em: 8 maio.2018.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.